

Prefeitura de Campos contra o Povo

Nota da UP

Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro – 25/10/2017

Na fila do pão, no ponto ônibus, na escola e na universidade, em qualquer lugar que se vá existe um número crescente de pessoas insatisfeitas com o governo Rafael Diniz. Não era de se esperar outra coisa, uma vez que a vida do (da) campista tem piorado a cada dia que passa, fruto da destruição de direitos sociais.

Diante deste verdadeiro caos social, os dois grandes grupos políticos dirigidos de um lado por Garotinho e do outro por Rafael Diniz, tentam impor uma superficial polarização na cidade: *daqueles que “odeiam” o Prefeito e “amam” o Garotinho X aqueles que “odeiam” o Garotinho e “amam” o prefeito*. A UP não acredita nesta polarização. Muito pelo contrário, o povo campista não se vê representado por nenhum dos dois grupos políticos. Um foi derrotado nas urnas e outro está sendo derrotado nas ruas. Pois o fato é que ambos os grupos representam a degeneração das instituições políticas tais como elas são e a descrença nessas instituições como representação democrática da vontade popular é crescente.

Que crise é essa?

Antes de mais nada, é preciso reconhecer que o município de Campos vive uma dramática crise de arrecadação desenvolvida após a queda do preço do barril do petróleo no mercado internacional, iniciado em 2015, fato que veio abalar diretamente nossa principal fonte de recursos financeiros. A antecipação dos royalties, feito através de uma operação de crédito com a Caixa Econômica Federal, pela gestão **Rosinha Garotinho** (PR), transformou a situação que já era ruim e uma situação calamitosa, condenando o município ao pagamento exorbitante de R\$ 1,3 Bi. A UP repudia com veemência a “venda do futuro” e atribui a ela boa parte dos retrocessos em que estamos submetidos hoje.

No entanto, Rafael Diniz, para “enfrentar” o problema, optou por uma política regressiva e antipovo, se alinhando programaticamente com o governos Pezão no RJ e Temer em nível nacional.

Campos na mira do Golpismo

É bom lembrar que **Diniz** é do **PPS**, partido que apoiou a candidatura do **Luiz Fernando Pezão (PMDB)** para Governador do Estado do Rio de Janeiro, e também apoiou o Golpe contra a democracia que elevou **Michel Temer** à Presidência da República. A bancada do PPS na Câmara Federal, em sua esmagadora maioria, votou a favor das medidas que compõem a agenda de regressão social aplicada por Michel Temer (incluindo a Pec que

congela por 20 anos os investimentos em saúde e educação). Pezão e Temer, que são do mesmo partido (PMDB), possuem afinidades inegáveis quanto ao trato com a coisa pública, visto que o Governador de tudo fez e faz para privatizar uma empresa lucrativa como a Cedae, e o Presidente da República por sua vez, de tudo faz para privatizar diversos setores estratégicos da Petrobras e o setor energético (Eletrobras). Sobre este aspecto, o prefeito de Campos não se posicionou, como se Campos fosse uma bolha isolada do Brasil. Evidentemente, a omissão revela seu consentimento público para com o entreguismo que toma o Brasil, na qual o PPS garantiu sua parcela de responsabilidade.

Não é de nos surpreender, portanto, as decisões antipovo tomadas pelos representantes do golpismo na região. Nesse sentido, a decisão de restringir o acesso ao Cheque Cidadão, jogando centenas de famílias na mais cruel miséria, não é somente uma demonstração de que a Constituição Federal é uma falácia - pois prevê por parte do Estado o resguardo à dignidade da pessoa humana (prevista no artigo 1º, inciso III), como também demonstra que infelizmente o conjunto das instâncias de Poder institucional, em especial o legislativo e o executivo, estão nas mãos de verdadeiros inimigos do povo brasileiro. Estes que aí estão “representando” o povo campista na Câmara de Vereadores e no Executivo, por exemplo, recebem em suas contas todo o mês mais de 13 mil reais, andam de carros refrigerados, comem do bom e do melhor com dinheiro público e tem coragem de retirar o arroz e o feijão na mesa de quem nada tem. É absolutamente revoltante. É, sem dúvida, a prova da inexistência daquilo que os legalistas chamam de Estado Democrático de Direito.

Ainda sobre o Cheque Cidadão, é de conhecimento público que na reta final das eleições do ano passado o programa foi utilizado como moeda de troca para eleger vereadores da base aliada de Rosinha e Garotinho – situação que está sendo investigada pela Operação “Chequinho”. Estas práticas de chantagem com o povo, na tentativa oportunista em transformar as periferias da cidade em “curral eleitoral” vitalício, é nefasto para o exercício democrático no sentido mais elementar do termo. Porém, a decisão do Prefeito de desmontar o Cheque Cidadão, é atacar as pessoas que precisam desse benefício, e não atacar o problema em sua raiz. *É preciso, pelo contrário, promover recadastramento sob critérios sociais justos, mantendo as famílias que precisam do complemento de Renda e ampliando ainda mais sua abrangência neste momento conturbado de recessão econômica. O ideal é que a Prefeitura de Campos estabeleça o critério de acesso ao Programa em diálogo aberto com a comunidade, em especial com o Conselho Municipal de Assistência Social.*

Cortar da Carne de quem?

Tanto Rafael Diniz, quanto a sua base aliada na câmara municipal, dizem que o município não tem outra alternativa para enfrentar a crise, se não, “cortar da própria carne” (palavras do vereador governista Claudio Andrade/ PSDC). Nós nos perguntamos: De que carne eles estão se referindo? Só se for da carne do povo preto e pobre das periferias de Campos. Por que para a classe média frequentadora dos bares caros da

Pelínca, ou dos filhos bem alimentados destes mesmos vereadores, certamente que não é! Para essa gente, o fim da Passagem Social ou o fechamento do Restaurante Popular não faz absolutamente nenhuma diferença. No entanto, para os trabalhadores e trabalhadoras, estudantes e pessoas em situação de vulnerabilidade social, este é um golpe muito forte em suas vidas. Segundo o Ministério do Trabalho Campos é a 2ª cidade do interior do RJ (perdendo somente para Macaé) a desempregar trabalhadores no ano de 2016, algo que não melhorou este ano. E é da carne dessa gente que os vereadores e o Prefeito está cortando!

Nós da UP temos a certeza que existem diversas outras formas de se enfrentar a crise econômica em Campos, sob uma perspectiva popular. Para usar os termos do grupo governista, devemos “cortar da carne” dos grandes grupos econômicos e fortalecer o setor público. Segue algumas de nossas propostas para a resolução da crise financeira:

- Defendemos o aumento do ISS para empresas de grande porte, que com seus virtuosos lucros podem dar uma cota maior de contribuição para o município neste momento de crise de arrecadação;
- Defendemos também o IPTU progressivo, que obriga proprietários de casas abandonadas a pagar impostos maiores que a média – sob pena de terem estes imóveis desapropriados pela Prefeitura para finalidade pública – Algo previsto no Estatuto das Cidades e que deve ser incluso no Plano Diretor Municipal;
- Pela revisão imediata da concessão pública a empresa Águas do Paraíba, que ao nosso ver promove uma verdadeira extorsão aos munícipes campistas, uma vez que a tarifa de água cobrada é a 8ª mais cara do país, com o agravante de se tratar de um município com número crescente de pessoas abaixo da linha da pobreza. Com esta revisão contratual, que é de responsabilidade municipal, abre-se a possibilidade (em médio prazo) de municipalização deste setor altamente lucrativo, a exemplo do que foi feito em cidades como Buenos Aires e Paris. Exemplos de cidades que entenderam a importância do fortalecimento do setor público na efetivação de políticas públicas que de fato esteja a serviço da população.

Estas e outras medidas são de caráter estrutural e com certeza significaria uma virada econômica para o município de Campos a médio e longo prazo. Porém, não temos ilusões que este governo, formado por pessoas totalmente desconectadas com a realidade do povo e submetido à concepção neoliberal de país, será capaz de tomar decisões efetivas que enfrente o problema da crise, em uma perspectiva popular. Por isso, a única alternativa que se apresenta hoje é massificar a lutar pela revogação de todas as medidas de restrição ou aniquilamento dos programas sociais e do restabelecimento imediato dos salários atrasados dos funcionários da prefeitura.

Legalizar a UP e combater os retrocessos!

A Unidade Popular, enquanto um partido em processo de legalização, já durante o processo eleitoral do ano passado, se posicionou contrário a todas as candidaturas a Prefeito (a) apresentadas naquela ocasião, por se tratar de verdadeiros oportunistas. Estas candidaturas representavam às velhas e corruptas oligarquias locais, ou mesmo,

grupos políticos sem nenhum referencial junto ao povo. Com ou sem o verniz da “mudança”, a verdade é que todos eles eram variações de um mesmo modelo de cidade, excludente para muitos, lucrativa para poucos.

Esse modelo se repete também a nível Federal, onde o governo ilegítimo do golpista Michel Temer retira direitos conquistados com décadas de lutas e promove absurdos retrocessos sociais. O golpe, justificado pela direita como combate à corrupção demonstra bem ao que veio. Enquanto o próprio Temer, Aécio Neves e outros corruptos são salvos pelo mesmo Congresso que aprovou o golpe, os trabalhadores são atacados com o fim da aposentadoria, o fim dos direitos trabalhistas, o corte de investimentos básicos e a volta da escravidão. Em Campos, a Unidade Popular, junto aos outros Movimentos Sociais, Sindicais e Estudantis combate os retrocessos com a criação da Frente Campos contra a PEC da Maldade no fim do ano passado, que colocou centenas de pessoas nas ruas e a criação do MUSE-NF no início deste ano, movimento unificado que promoveu duas importantes Greves Gerais na cidade, tendo colocado 1000 pessoas nas ruas no dia 20/04.

Nesse sentido, apontamos para a necessidade de intensificarmos as lutas por direitos, na perspectiva de criar instâncias de organização dos trabalhadores campistas e do movimento estudantil local para que possamos, unificadamente, romper progressivamente as ilusões com os velhos grupos políticos, para que no futuro breve tenhamos a condição de lançarmos nossos próprios candidatos do povo, na defesa de uma Cidade feita pela professora, pelo guarda municipal, pelo gari, pela empregada doméstica, pelo estudante, pelo autônomo, pela agricultora e outros ou seja, por todas as pessoas honestas do nosso povo.

Legalizar a UP é dar um passo à frente na construção da cidade que queremos.

Chega de retrocesso!
Legaliza UP!